



ACÓRDÃO Nº1238/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11388/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Anori
- 4- **Exercício:** 2021
- 5- **Responsável:** Luiz Carlos Pereira da Costa (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Luciene Helena da Silva Dias - OAB/AM 4697
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2990/2023-DIMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Anori. Exercício de 2021.

Irregularidade. Multa. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas anual do **Sr. Luiz Carlos Pereira da Costa**, gestor e ordenador de despesas da Câmara Municipal de Anori, exercício 2021, nos termos do art. 22, inciso III, alínea "b", da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM, em razão da ausência de publicação de Relatórios de Gestão Fiscal dentro do prazo legal, em descumprimento ao art. 55, §2º da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF); e ausência de informações no Portal da Transparência da Câmara Municipal de Anori referentes ao exercício 2021, em descumprimento ao art. 37, *caput*, da Constituição Federal, art. 48 e 48-A da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 8º da Lei nº 12.527/2011 (LAI);

10.2. Aplicar Multa no valor de **R\$ 13.654,39** ao **Sr. Luiz Carlos Pereira da Costa**, gestor e ordenador de despesas da Câmara Municipal de Anori, exercício 2021, nos termos do art. 54, inciso VI, da LO-TCE/AM, em razão de atos praticados em grave infração ao art. 55, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF); ao art. 37, *caput*, da Constituição Federal c/c art. 48 e 48-A da Lei Complementar nº 101/2000 c/c art. 8º da Lei nº 12.527/2011 (LAI); e fixar prazo de 30 dias para que o



ACÓRDÃO Nº1238/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Dar ciência da decisão ao Sr. Luiz Carlos Pereira da Costa, gestor e ordenador de despesas da Câmara Municipal de Anori, exercício 2021.

11- Ata: 20ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 20 de Junho de 2023

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Luis Fabian Pereira Barbosa.

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral